



LOPES-DAMASIO, Lúcia Regina. **Uma tradição discursiva em cartas mato-grossenses.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.* Volume 14, Dezembro 2013. [<http://www.revistadiadorim.lettras.ufrrj.br>]

UMA TRADIÇÃO DISCURSIVA EM CARTAS MATO-GROSSENSSES

Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UFMT)¹

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar o conceito de Tradição Discursiva, desenvolvido na linguística alemã, sob influência dos trabalhos de Coseriu, e, a partir dele, propor uma análise de cartas do século XVIII, cujo enfoque principal é a Capitania de Cuiabá e de Mato Grosso, a extremo oeste brasileiro. O conceito de TD baseia-se no pressuposto de que os textos têm história e de que essa história textual – tomada em sua relação de tradição e atualização – determina os usos textuais, independentemente de seus modos de enunciação. O estudo traz à tona um exemplo de usos linguísticos que se repetem, em determinadas práticas discursivas, ultrapassando as regras da língua, enquanto sistema e norma, e se constituindo em tradição. Em outras palavras, os resultados apontam, no interior de uma TD complexa, a *carta*, usos também descritos em termos de TD, chamados “N=Cuiabá det.”

PALAVRAS-CHAVE: tradição discursiva, cartas, diacronia.

ABSTRACT

This paper aims to introduce the concept of Discourse Tradition, developed in the German linguistic under the influence of Coseriu work and, from it, propose an analysis of letters of the eighteenth century, whose main focus is the Captaincy of *Cuiabá* and *Mato Grosso*, the extreme western Brazil. The concept of TD based on the assumption that the texts have history and that this textual history – taking their relationship to tradition and update – determines the textual usages, regardless of their modes of enunciation. The study brings up an example of linguistic usages that are repeated in certain discursive practices, bypassing the rules of language as a system and norm, and constituting tradition. In other words, the results indicate usages also described in terms of TD, called “N = Cuiabá det.”, within a complex TD, the letter.

KEY WORDS: Discourse Tradition; Letters; Diachrony.

1. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (Mestrado em Estudos de Linguagem).
luciaregiane@bol.com.br.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo central apresentar o conceito de Tradição Discursiva (TD, daqui em diante), bem como explicitá-lo a partir de uma análise que exemplifica sua aplicabilidade em material constituído de *cartas* do século XVIII, que tratam da Capitania de Cuiabá e de Mato Grosso, a extremo oeste brasileiro.

Focalizo a *carta* por representar um espaço textual em que aspectos da oralidade manifestam-se no escrito, de acordo com uma concepção de escrituralidade baseada não na dicotomia das manifestações de fala e escrita, mas na conjugação de ambos os modos de enunciação. Para o que interessa, é suficiente destacar, de acordo com Corrêa (1997), que há, no falado e no escrito, uma realização menos evidente da linguagem, não apreensível pela consideração do aspecto fônico-acústico dos enunciados falados, ou do aspecto gráfico-visual da escrita, ou de seus diferentes tipos de elaboração textual, ou, ainda, de seus recursos mais típicos (lexicalização, na escrita; prosódia, na fala – ainda que não exclusivamente). Essa realização menos evidente tem mais a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito e a linguagem, marcada por pistas linguísticas específicas e orientadoras do grau de convivência entre o oral/falado e o letrado/escrito.

Quanto à metodologia, conjugo as abordagens de análise quantitativa e qualitativa e apresento o trabalho em: (i) uma seção teórica, especialmente voltada para a definição de TD; (ii) uma seção destinada à apresentação do recorte do *corpus*, em que são expostos aspectos relevantes do mosaico temático configurado nas cartas do século XVIII aqui focalizadas; e (iii) uma seção de análise, subdividida a partir de dois enfoques principais – (i) identificação de uma tradição diretamente associada aos usos do nome “Cuyabá”; e (ii) apreensão do modo como essa TD constitui-se e constitui as cartas analisadas. Nas considerações finais, estabeleço uma relação entre a teoria e a prática de análise exercitada a partir dela.

2. Tradição Discursiva: reflexão e definição

O conceito de *tradição discursiva* (TD), introduzido por Peter Koch e pesquisado, nas últimas décadas, especialmente no âmbito da Linguística Romântica alemã, recebeu contribuições teóricas de vários autores, como Coseriu (1979), Aschenberg (2003) e, em especial, Kabatek (em vários trabalhos, 2005a, 2005b, 2005c, 2006, 2008). Atualmente, tem sido aplicado também no âmbito dos estudos históricos do português brasileiro² e do espanhol da América em pesquisas que tratam de mudança linguística, de pragmática discursiva, de gêneros textuais e também de questões relativas à aquisição

2. Especialmente nos inseridos no Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

de escrita. Podemos citar como exemplos de trabalhos que aplicaram o conceito de TD no contexto latino-americano, os estudos reunidos em Ciapuscio *et al.* (2006); as pesquisas realizadas por Simões (2007); Zavam (2009); e Ximenes (2009), além das mais recentes, como Longhin-Thomazi (2011a, 2011b, 2012), Lopes-Damasio (2011a, 2011b), Lopes (2012), dentre outras.

À concepção de texto que subjaz esse conceito, enquanto “acontecimento histórico, que atualiza esquemas comunicativos e culturais recorrentes” (CIAPUSCIO *et al.*, 2006, p. 7), deve-se, com toda certeza, o seu crescente emprego por linhas distintas de investigação. A noção de texto determinado por condições sócio-históricas explicaria a razão pela qual se tornam frequentes as pesquisas que, à luz desse conceito, propõem-se a investigar aspectos textuais distintos, no que tange a sua gênese, mudança, aquisição ao longo da história e em momentos da história.

O conceito de TD baseia-se, portanto, no pressuposto de que os textos têm história e de que essa história textual – tomada em sua relação de tradição e atualização –, e não apenas a história da língua, determinaria os usos textuais, independentemente de seus modos de enunciação (falado/escrito).

Entretanto, dada a ainda recente introdução do paradigma das TDs na linguística contemporânea, Kabatek (2008, p. 7) destaca a ênfase à afirmação de que os textos têm uma história, constitutiva das TDs, relevante na hora de escrever/falar e que, por isso, deve ser considerada na descrição e na análise linguística. A fim de insistir na falsa obviedade representada por essa afirmação, percorro um caminho que leva, aos poucos, à construção da definição do conceito de TD.

Nessa direção, Kabatek (2008, p. 7-8) chama a atenção para a predominância da linguística sincrônica, a partir do postulado saussuriano, como marca das correntes em maior destaque no séc. XX e como responsável pela marginalização de numerosos aspectos da linguagem. As grandes mudanças paradigmáticas, como a “virada Sociolinguística”, a “virada Pragmática” e a “virada Cognitiva”, representam tentativas de recuperar o que, conscientemente, foi excluído por Saussure, pelas linguísticas sistêmica e formal. Dessa forma, esses novos paradigmas recuperam algo excluído por doutrinas anteriores, mas não algo ignorado por elas. Ao mesmo tempo, Kabatek destaca que a novidade desses paradigmas encontra-se justamente na conceitualização predominante dos objetos.

Adotando, portanto, a concepção coseriana de língua, Kabatek (2008) apresenta a hipótese forte da teoria das TDs: “que a história de uma língua não apresenta só variação em nível de dialetos, socioletos ou estilos, mas que a língua varia também de acordo com as tradições dos textos [...]” (KABATEK, 2008, p. 8). Isso significa que os textos não apresentam apenas seus elementos formais, suas características de gênero *x* ou *y* ou marcas de um tipo determinado de estruturação, mas também “podem condicionar” a seleção de elementos procedentes de diferentes sistemas. Esse mesmo funcionamento, válido para a história das línguas, aplica-se também à sincronia atual, que deve ser

reconsiderada a partir da perspectiva histórica e não vice-versa. Assim, Kabatek (2008, p. 9) propõe que uma linguística histórica que não considere a diversidade textual deve ser avaliada como redutora e parcial, já que parte de uma linguística sincrônica igualmente redutora e parcial, por natureza. Tal redução levará a numerosos problemas, entre os quais, o mais relevante é o de dificultar a explicação da mudança linguística. Uma linguística histórica dessa índole se limitará, sempre, a fantasiar possíveis acontecimentos – sejam eles históricos, sociais, cognitivos, formais, estruturais etc. – que supostamente tenham ocorrido entre dois estados sincrônicos.

A noção de TD nasce, teoricamente, dentro desse panorama, basicamente fundamentado na concepção coseriana de linguagem. Em seu enfoque da teoria da linguagem, Coseriu (1979) propõe três níveis do linguístico:

NÍVEL		TIPO DE SABER
<i>Universal</i>	Atividade de falar	Saber elocucional
<i>Histórico</i>	Língua histórica particular	Saber idiomático
<i>Atual ou Individual</i>	Discurso	Saber expressivo

Quadro 1: Níveis do linguístico

O *nível universal* corresponde à capacidade inata do ser humano de falar. É comum a todos e não faz diferenciação idiomática; trata-se do *falar em geral*. O segundo nível, o *histórico*, equivale à língua com suas especificidades, ou seja, aos idiomas em particular (francês, italiano etc.); trata-se das línguas como sistemas de significação historicamente dados. Já no nível *atual* ou *individual*, a língua se concretiza através de enunciados e textos, no “ato linguístico [...] de um indivíduo determinado numa situação determinada” (COSERIU, 1981, p. 272 apud KOCH, 2008, p. 53); trata-se do nível em que se encontram os textos ou discursos concretos. Dessa forma, o falar é sempre individual em duas perspectivas: por um lado, é sempre realizado por um indivíduo (não é um ato em coro), por outro, é individual na medida em que acontece respectivamente em uma determinada situação.³ Kabatek (2005b, p. 160), baseado em Coseriu (1988, p. 70-71), chama a atenção para o fato de que se trata, em primeiro lugar, da *atividade* de falar em si e não de seu *produto*.

De acordo com Koch (2008, p. 54), o Quadro 1, apesar de sistematizar as áreas fundamentais da investigação linguística e, assim, evitar confusões entre os níveis de análise distintos, leva a um problema: o que quer dizer “saber expressivo”? Partindo da definição do nível *atual/individual* do discurso, será ilegítimo assinalar a ele um *tipo de saber*, porque, segundo Koch, o discurso é, na verdade, o lugar

3. Para a denominação desse ato individual em uma determinada situação, além do termo *discurso*, em alemão, usa-se o termo equivalente *texto*.

em que se aplica o saber linguístico. Como cada discurso é único e o saber implica a possibilidade de reprodução, *saber e discurso* serão incompatíveis (KOCH, 2008, p. 54).

Apesar disso, o autor destaca que “saber expressivo” para Coseriu corresponde a uma categoria teórica muito importante e claramente distinta do “saber idiomático”, já que abrange a capacidade do falante de produzir textos segundo tradições e modelos históricos. Como já demonstrava Schlieben-Lange (1993), as tradições históricas de textos ou discursos são logicamente independentes das tradições das línguas particulares. A partir dessa resposta, Koch (2008, p. 54) propõe uma modificação no Quadro 1, incluindo o que Coseriu chama de saber expressivo, mas sem confundir nem o saber com o atual, nem o idiomático com o expressivo. Ao nível histórico, Koch introduz o domínio das TDs:

NÍVEL	DOMÍNIO	TIPOS DE REGRAS
<i>Universal</i>	Atividade de falar	Regras elocucionais
<i>Histórico</i>	Língua histórica particular	Regras idiomáticas
	Tradição discursiva	Regras discursivas
<i>Atual ou Individual</i>	Discurso	

Quadro 2: Níveis e domínios do linguístico

Fonte: KOCH, 1997, p. 45 apud KOCH, 2008, p. 54.

Como se torna explícito, no Quadro 2, apesar de pertencerem ao nível *histórico* e de se constituírem como tradições históricas, as TDs distinguem-se, claramente, das línguas históricas particulares, o que justifica a duplicação do nível histórico para o acréscimo do domínio das TDs. Koch elege ainda os tipos de regras para melhor esclarecer o estado de discurso: no nível *universal*, elas correspondem às regras *elocucionárias*, no nível da *língua histórica*, às regras *idiomáticas*, e às regras do domínio das TDs, o autor denomina *discursivas*. Também fica claro, a partir desse novo esquema, o fato de não poder haver um tipo específico de regra no nível do discurso, ambiente em que os falantes aplicam regras elocucionais, idiomáticas e discursivas.

Assim, a fala corresponderia a uma atividade universal, cuja prática atravessaria um duplo filtro de tradição, isto é, o objetivo do ato comunicativo seria filtrado pela organização linguística, em que os signos são escolhidos de acordo com o *sistema* e com a realização comum de uma determinada *norma*, em uma língua particular, em uma comunidade de fala também particular, e, concomitantemente, pela ordem textual, responsável pela atualização de determinadas TDs. Dessa forma, a atividade do falar não recorre apenas ao sistema e à norma de uma língua, mas a uma tradição textual, que se repete em determinadas práticas discursivas e que ultrapassa as regras dessa língua, acarretando a implicação de que além da historicidade da língua há também a historicidade dos textos:

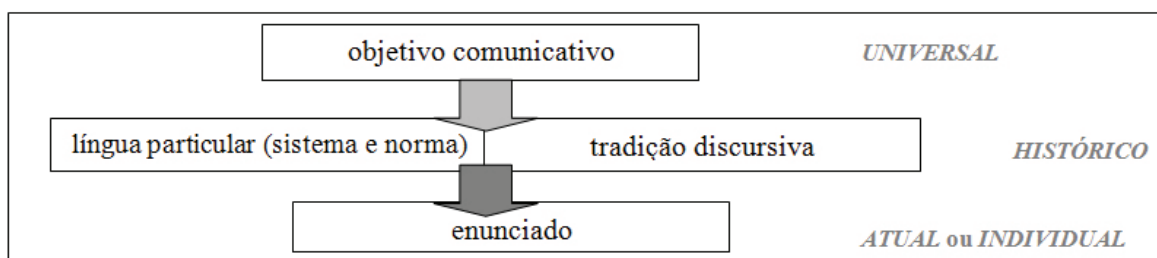


Figura 1: Tradições Discursivas

Fonte: Adaptada de KABATEK, 2005b, p.161

De acordo com Kabatek (2005b, p. 161), é preciso resolver a questão referente ao *status* das manifestações linguísticas no que tange à relação entre TD e língua, para esclarecer, de fato, a posição das TDs na teoria da linguagem. Para isso, o autor elenca, em primeiro lugar, a necessidade de definir, de modo mais pontual, o próprio conceito de *historicidade*, diferenciando, com base em Coseriu: (i) a historicidade linguística *stricto sensu* (historicidade da língua dada); (ii) a historicidade como tradição (recorrência) de determinados textos ou de determinadas formações textuais; e (iii) a historicidade genérica, no sentido de uma “pertença à história”.

A historicidade da língua, em (i), ocupa um lugar especial, uma vez que se trata da historicidade do próprio homem. Enquanto língua particular, a língua é a história de uma comunidade internalizada no indivíduo. É a forma primária do ser comunitário e pressuposta para outras tradições culturais. Lembro que essa historicidade primária, condicionada por meio da alteridade, é própria apenas da língua como língua particular, enquanto técnica dada historicamente que permite ao indivíduo falante, após a sua incorporação via aquisição da linguagem, recriá-la, dentro de si, como técnica aberta que permite a ação linguística criativa.

O segundo tipo de historicidade, ao contrário, refere-se a todas as manifestações culturais que se repetem, incluindo as manifestações linguísticas. Segundo Kabatek (2005b, p. 163-164), trata-se das tradições de uma comunidade, da recorrência na criação de objetos culturais, da possibilidade de se referir a fatos culturais anteriores, evocados em fatos novos por conta de semelhanças funcionais ou formais, ou mesmo, por parcial harmonia. Trata-se daqueles objetos culturais que, disponíveis em uma comunidade para a repetição, podem mudar em duas direções: ampliando ou particularizando o modelo anterior (SCHLIEBEN-LANGE, 1983, p. 138 apud KABATEK, 2005b, p. 163). No que se refere à linguagem, como um objeto desse tipo, refiro-me aqui a textos que estabelecem uma relação de tradição com outros textos. Essa tradição pode se dar, por um lado, pela repetição de uma determinada finalidade ou conteúdo textual e, por outro, pela repetição de certos traços formais. A recorrência de

formas textuais compreende uma escala contínua que evidencia marcações de tradições mínimas até chegar a uma completa fixidez do texto.

Por fim, o terceiro conceito de historicidade refere-se a acontecimentos individuais, irrepetíveis e únicos, ou seja, ao texto visto a partir de sua individualidade ou particularidade. Trata-se do fato de que, historicamente, cada texto realizado é situacional, como acontecimento, em um determinado lugar. Segundo Kabatek (2005b, p. 164-165), essa forma de historicidade poderia ser ignorada na questão da tradição linguística e textual, mas não o é porque está no centro da pesquisa filológica tradicional e, sobretudo, porque características funcionais ou formais de um texto individual servem como modelo para outros textos e, por esse motivo, um determinado texto também é parte da tradição e também pode ser visto dentro da historicidade em (ii).

Além dessas colocações, a fim de reafirmar a distinção da historicidade das TDs em relação à historicidade das línguas, Koch (2008, p. 55) ressalta que os grupos constitutivos das TDs são grupos profissionais ou religiosos, correntes literárias, movimentos políticos etc.; os grupos constitutivos das línguas históricas são comunidades linguísticas (cf. SCHLIEBEN-LANGE, 1983, p. 139; 1990, p. 116; KOCH, 1997, p. 49). Há, dessa forma, uma importante diferença entre os dois: as línguas históricas – incluindo suas variedades – definem os grupos (as comunidades linguísticas), enquanto são os grupos (profissionais, religiosos, literários etc.) que definem as TDs (cf. COSERIU, 1988, p. 86; KABATEK, 2001, p. 99). Entretanto, tanto as línguas históricas como as TDs constituem tradições do falar.

O objetivo das linhas anteriores é de duas espécies: (i) reforçar a singularidade e a precedência da historicidade linguística, que não pode ser situada no mesmo nível de outras historicidades e tradições. De acordo com Kabatek (2008, p. 9), o conceito de TD enfatiza a tradição histórica dos textos, uma tradição separada, portanto, da historicidade primária dos sistemas linguísticos. Enquanto uma espécie de “segunda historicidade”, frente à primeira (ou primária), interiorizada como técnica livre para a produção de uma quantidade ilimitada de enunciados, esta segunda historicidade é limitada à medida que se refere apenas aos textos já produzidos em uma dada comunidade, ou seja, ao acervo cultural, à memória textual ou discursiva; (ii) justificar a importância das TDs para a teoria da linguagem e ressaltar que o entendimento adequado do conceito, do ponto de vista teórico-linguístico, é, antes de mais nada, condição para a descrição do que elas realmente são, como devem ser definidas e quais serão as consequências disso para a descrição histórico-linguística que não se limita à apreensão de aspectos da transformação de um sistema linguístico abstrato, mas que procura dar conta da língua concreta (KABATEK, 2005b, p. 168).

Nessa direção, segundo Oesterreicher (1997), uma TD consiste em moldes normativos, convencionalizados, que guiam a transmissão de um sentido mediante elementos linguísticos tanto em sua

produção como em sua recepção. O termo “tradições discursivas”, por ser bastante generalizante para todos os elementos históricos designáveis e relacionáveis com um texto – textos particulares, tal como atos individuais e irrepetíveis, certos tipos fundamentais de enunciação, ou atos de fala, certas formas textuais e determinadas constelações de atuação e de *entorno*⁴ – abarca, segundo Kabatek, uma ampla gama de fenômenos. Por essa razão, o autor insiste no fato de que não se trata de um sinônimo de *gênero*, *tipo textual* etc., mas de um conceito mais amplo que inclui todo tipo identificável de tradição do falar/escrever, também subgêneros ou tradições dentro de um mesmo gênero:

Entendemos por Tradição discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação com qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço entre atualização e tradição, isto é, qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (KABATEK, 2005a, p. 159).

Dessa forma, as TDs podem estar ligadas a finalidades fundamentais, como, por exemplo, um “bom dia”, que se caracteriza como um ato de fala, e também a finalidades mais complexas e exclusivas de determinadas culturas, tais como as TDs mediadas pela escrita. Nessa perspectiva, numa abordagem geral, a TD pode ser entendida como modos tradicionais de dizer/escrever, sendo que esses modos podem ir desde fórmulas simples até gêneros complexos.

É importante, portanto, entender o conceito de TD de acordo com toda a sua generalidade, referindo-se a todas as tradições de textos, não unicamente às complexas. Nesse sentido, segundo Lopes (2012, p.22):

O emprego de *Vossa Excelência* no discurso parlamentar, mesmo sendo empregado com palavras injuriosas para destratar um opositor no parlamento, também seria uma tradição discursiva por evocar um discurso que unifica os políticos como pertencentes a um mesmo grupo cultural.

4. Segundo Kabatek (2005b, p. 38), esse termo foi introduzido, na linguística, por Karl Bühler e aproveitado por Eugenio Coseriu (1955-1956).

Pode haver, ainda, uma ou mais tradições de falar/escrever dentro de um gênero particular – que estou chamando de TDs complexas –, o que mostra que *os gêneros são tradições de falar/escrever, mas nem todas as tradições de falar/escrever são gêneros*.

A partir dessa definição, o princípio da existência das TDs é visto como um princípio universal: falar/escrever não é só falar/escrever algo a alguém de acordo com as regras de uma língua (*sistema e norma*), mas é também falar/escrever algo segundo uma determinada tradição textual, que mostra como fazê-lo. De acordo com Kabatek (2004, p. 252-253) esse princípio prescinde de maiores justificativas, já que deriva do próprio princípio de economia da atuação humana, e provoca duas consequências:

(i) um texto, que possui determinada finalidade expressiva, pode conter, de acordo com a TD em que se inscreve, *mais* elementos do que os estritamente necessários para que se cumpra essa finalidade ou, ao contrário, *menos* elementos. Como exemplo, o autor cita o caso da fórmula *era uma vez* que não acrescenta nenhum conteúdo proposicional ao texto em que se insere, mas que, no entanto, o insere em uma tradição;

(ii) as TDs por si mesmas possuem um valor semiótico próprio e funcionam como um *entorno* à parte. Mesmo sem acrescentar nada, informacionalmente, como no exemplo citado, estabelecem uma relação entre o texto e outros textos já ditos/escritos. Trata-se, pois, de modos de falar/escrever cuja função é transmitir uma informação que supera o conteúdo proposicional e o próprio valor modal, já que não derivam da enunciação atual, mas da relação que se estabelece entre essa enunciação e outras anteriores.

É possível pensar, com o autor, que o que funciona como TD é um *intertexto* no sentido estrito de um texto que se repete, como em *era uma vez*. Ainda a título de ilustração, retomo Araújo e Martins (2011), para citar uma situação de enunciação em que também se pode observar como não apenas o sistema e a norma linguística movimentam a atividade do falar/escrever, mas, além deles, uma tradição textual que se estabelece sócio-historicamente, em uma determinada cultura. É comum, por exemplo, no português brasileiro, perguntas como “Você poderia me fazer um favor?”, “Você poderia me dar licença?”, “Posso entrar?”, encontrarmos como resposta a expressão “Pois não”. Embora contenha uma partícula negativa, essa expressão é evocada como resposta afirmativa e assim é compreendida, sem qualquer dificuldade, por falantes de língua portuguesa, exatamente por se tratar de uma TD. Um falante competente do português brasileiro logo entenderia a indicação de “Sim, pode entrar” expressa no enunciado “Pois não”. Ao responder, usando “Pois não”, não se busca, portanto, apenas no léxico da língua portuguesa os vocábulos “pois” e “não”, nem apenas se busca ver se o arranjo sintático “pois não” é possível nessa língua, mas se busca, concomitantemente, uma tradição discursiva que se *repete*, ao ser *evocada* por determinada situação de enunciação. *Repetição e evocação* seriam, dessa forma, os traços que, segundo Kabatek (2006), definiriam uma TD.

Assim, segundo esse autor (2004, p. 253-254), uma TD pode se formar a partir de qualquer elemento significável, tanto formal como de conteúdo, cuja re-evocação estabelece um laço de união entre *atualização e tradições textuais*, i. é, qualquer relação possível de ser estabelecida semioticamente entre dois enunciados, seja a partir do ato mesmo de enunciação, dos elementos referenciais, de certas características da forma textual ou dos elementos linguísticos empregados.⁵

As TDs implicam, então, a relação de um texto com outro em determinado momento histórico,⁶ via repetição, que pode ser total, parcial, ou marcada apenas pela repetição formal. Segundo Kabatek (2005a), considerar o aspecto textual das TDs significa considerar apenas um dos seus aspectos, precisamente o que mais interessa aos estudiosos da língua. No entanto, a explicação desse aspecto preferencial depende da contraparte que o evoca. Assim, o autor propõe duas fases: a TD propriamente dita e a constelação discursiva evocada por ela. Nessa perspectiva, a TD adquire valor de *signo*, reconhecido por meio de outros signos que extrapolam os limites textuais:

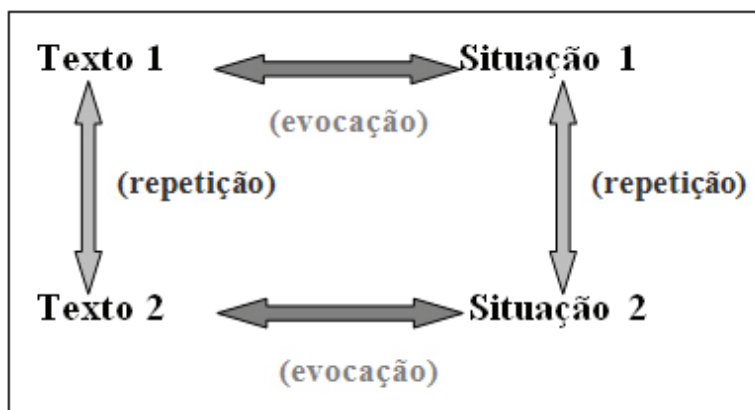


Figura 2: Evocação

Fonte: Adaptada de KABATEK, 2005a, p. 158

A partir do traço *repetição*, Kabatek (2006) enfatiza a historicidade dos textos, acentuando que, independentemente do modo de enunciação desses textos, oral ou escrito, e da complexidade ou simplicidade formal deles, estariam sempre se relacionando com outros textos que os antecederam, e estabelecendo, com eles, uma relação de tradição. Essas repetições, contudo, implicariam apenas no

5. Os elementos linguísticos que formam uma TD não se apresentam de forma isolada, mas, muitas vezes, em combinação com outros. Em muitas ocasiões, é precisamente a combinação de vários elementos que leva à formação de uma tradição (KABATEK, 2004, p. 254).

6. Ao apontar a *repetição* como um dos traços definidores das TDs, Kabatek (2006) chama a atenção para a relação que um texto estabelece, em determinado momento da história, com outro texto que lhe é anterior, apontando, consequentemente, uma relação temporal entre textos construída a partir da *repetição*. Vale ressaltar que essa relação aponta também para o futuro, ou seja, para o que ainda pode ser dito/escrito.

estabelecimento de um entrelaçamento dessa tradição com a atualização desses textos se concretizadas a partir da evocação de tradições discursivas, ou melhor, de formas já tradicionalmente construídas para cumprir determinada finalidade comunicativa atual.

Nessa direção, apesar de uma TD associar-se à repetição de algo no tempo, nem toda repetição é uma TD, o que exige a especificação de algumas condições: (1) uma TD deve ser discursiva (linguística); (2) nem toda repetição é uma TD, mas toda TD implica uma repetição; e, (3) toda repetição de conteúdo pode estar relacionada a uma TD, graças à *evocação*, embora não a configure pontualmente.

Para exemplificar essa afirmação, Lopes (2008, p. 22) destaca “o emprego, no português brasileiro, do tratamento *senhor/senhora* para uma pessoa mais velha e desconhecida com quem não se tem nenhum tipo de intimidade”. Acrescento que esse emprego ocorre também no tratamento de pessoas conhecidas que, por serem mais velhas, são tratadas com respeito, mesmo por aqueles com quem há intimidade. Nesses casos, a tradição recomenda o uso dessas formas mesmo não havendo nenhum impedimento gramatical para a utilização de *você/tu*.

De acordo com a perspectiva adotada aqui, essas estratégias de tratamento são *evocadas* por situações concretas que se *repetem*; a situação *evoca* outros encontros semelhantes em que se pronunciam as mesmas estratégias. Destaco, ainda, duas afirmações de Kabatek (2006): “uma TD é mais do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação”; e “uma TD não é um texto repetido sempre da mesma maneira, pode ser também uma forma textual ou uma combinação particular de elementos”. Vale destacar que o conceito de TD engloba, portanto, os gêneros discursivos/textuais bem como os tipos de textos, ou seja, uma carta e uma narração constituem, da mesma forma, TDs.

Nessa abordagem, é importante observar que conceber TDs teoricamente como fórmulas textuais ou gêneros discursivos tradicionalmente já constituídos não significa reprimir, por meio delas, a possibilidade inerente aos textos de se renovarem, de se atualizarem, conforme o curso das transformações sociais, uma vez que se reconhece que a história dos textos está associada à história da língua e à da sociedade, que são dinâmicas. Reconhece-se, em consequência, a rede de relações linguísticas e sócio-históricas e culturais implicadas na constituição dos textos (cf. ARAÚJO; MARTINS, 2011).

A fim de compreender, portanto, a abrangência da consequência da admissão das TDs nos estudos linguísticos, Kabatek (2005c, p. 34) distingue três enfoques fundamentais referentes: (i) a fatores históricos que levam à criação ou à adoção de novas TDs; (ii) à descrição das características particulares das diferentes TDs; e (iii) à relação entre as TDs e a história da língua em geral.

Em (i), o autor depreende uma relação de mão dupla, por meio da qual é possível buscar TDs novas quando se produzem constelações históricas que fazem supor que exista a necessidade de sua

criação ou sua adoção e, da mesma forma, observar as TDs existentes em uma dada época e, a partir daí, perguntar pelas circunstâncias históricas que levaram à criação do que se observa.

O enfoque, em (ii), trata da descrição das características particulares das TDs. Segundo Kabatek (2005c, p. 37-38), é possível estabelecer uma lista de fatores que podem ser descritos a fim de determinar a inserção de um texto em uma determinada TD, como: o conteúdo expresso no texto; a constelação pragmática em que aparece; seu possível vínculo institucional; sua relação com outros textos e com diferentes línguas, i. é, todos os *entornos* do texto, além das características propriamente textuais e linguísticas que o identificam (a quantidade e a variedade do léxico empregado; a relação *type-token*; a unidade ou diversidade morfológica; as técnicas sintáticas e transfrásticas empregadas; a relação entre as diferentes partes do texto – presença de fórmulas, partes definidas de características determinadas etc. –; a disposição textual). Todos esses fatores formam conjuntos identificáveis e próprios de diferentes TDs; mas, como são tantos, a combinação entre eles é estável apenas até certo ponto, o que pressupõe, conseqüentemente, uma série de transformações.⁷

O enfoque (iii) relaciona as TDs com a história da língua. Primeiramente, é possível pensar que uma coisa é a transformação da língua, a mudança linguística, e outra, distinta, é a questão dos textos que se inscrevem nessa língua e, conseqüentemente, as tradições respectivas às quais esses textos pertencem. De fato, essa é a visão que prevalece nas escolas linguísticas em que o postulado básico é a autonomia da língua frente aos textos ou a pré-existência daquela, como sistema que torna possível a criação destes, inseríveis, por sua vez, em diferentes tradições. O objetivo de Kabatek (2005c, p. 39-40) não é negar a possibilidade de existência de áreas do sistema linguístico em que haja certa autonomia, mas reafirmar a necessidade de precisar “em qual área essa autonomia pode ser, de fato, constatada”. Para exemplificar, o autor se apoia no caso da autonomia da sintaxe, como postulada nos estudos gerativos, afirmando que também nessa área é necessário precisar “qual sintaxe é autônoma”, uma vez que há estudos que identificam áreas da sintaxe – sobretudo da sintaxe complexa – relacionáveis com as TDs em uma língua.⁸

7. Em relação a esses fatores, Kabatek (2005b, p. 38-39) ressalta a importância da metodologia empregada nos estudos que levam em conta as TDs, ou seja, a consequência metodológica é muito importante para o planejamento da busca de elementos comparáveis entre as diferentes TDs. Nesse sentido, ao invés de estabelecer largas listas de características de diferentes TDs, o que torna difícil a comparação, parece mais apropriado, segundo o autor, escolher alguns elementos sintomáticos para chegar, por essa via, a uma classificação coerente das diferentes TDs. Em Kabatek (2005a) os elementos sintomáticos eleitos para esse fim são os juntores, i. é, elementos cuja função é estabelecer a união de proposições.

8. O autor chama a atenção para os esquemas sintáticos presentes nas diferentes TDs castelhanas do séc. XIII, nos quais é possível identificar, por um lado, elementos talvez “autônomos”, que podem ser descritos indepen-

Assim, torna-se evidente não só a relação entre TD e história da língua, mas entre TD e língua, de modo geral: a fixação nos momentos em que novas tradições são criadas permite explicar fenômenos como a ampliação do léxico e a elaboração sintática, por exemplo. Sendo assim, a história da língua em geral se enriquece, pois seu estudo considera o fato de que as línguas não têm só uma história como sistemas linguísticos, mas que também têm suas tradições textuais. Nessa direção, segundo Kabatek (2005c, p. 41): (i) uma linguística histórica que considere as TDs estará em condições, primeiramente, de dar conta das inovações das TDs, abordando os momentos nos quais novas TDs se criam ou, quando já existem em outras línguas, se adotam; (ii) uma gramática histórica que considere as TDs estará em condições, da mesma forma, de depreender os acontecimentos escondidos por detrás das grandes linhas evolutivas aparentes de uma língua. Por exemplo, se há um fenômeno de perda, a diferenciação das TDs permitirá observar que a perda não é uniforme em todas as TDs, mas que um elemento determinado perde-se em certas TDs e pode se manter em outras, inclusive amplamente fossilizado; se há uma inovação, a diferenciação das TDs permitirá observar se ela é (ou não) uniforme em todas as TDs, se aparece primeiro em uma determinada TD e passa (ou não) depois às outras; (iii) num último aspecto, a mudança das próprias TDs pode ocorrer por serem construções multifacetadas, dispostas a um contínuo dinamismo. Longe de serem referências estáveis, se podem ver mudanças, às vezes fundamentais, ao longo da história da língua e da história dos textos.

O conceito de TD escapa, dessa forma, de uma concepção diádica da língua, considerando a relevância de um nível intermediário entre o *discurso atual* e a *língua particular*, e configurando o que caracterizaria uma concepção triádica, precisamente porque o *afetivo*, i. é, o retórico-pragmático, e o *momentâneo* não coincidem completamente. Dessa forma, numa concepção triádica, entre o *discurso atual* (afetivo e momentâneo) e a *língua particular* (não-afetiva e não-momentânea), perpassam as TDs (que representam o estágio do afetivo e não-momentâneo):

dentemente das TDs em que se inserem, como seria o caso da ordem dos constituintes ou do lugar correspondente aos clíticos, e, por outro, tendo em conta fatores como os tipos de subordinação ou as orações adverbiais, elementos não autônomos, ou seja, que permitem a afirmação de diferenças segundo as distintas TDs (cf. KABATEK, 2008, 2005a, 2005b, 2005c).

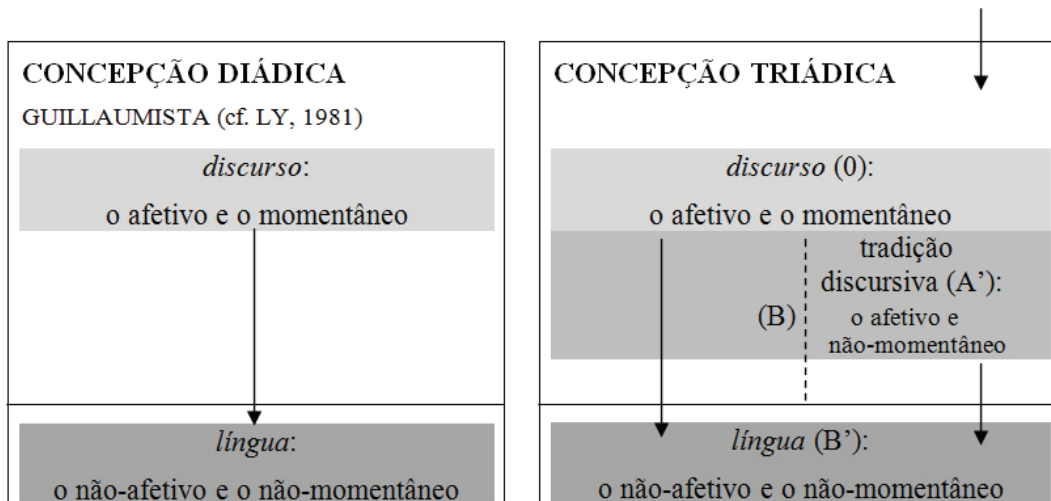


Figura 3: Do “afetivo e momentâneo” ao “não-afetivo e não-momentâneo”

Fonte: KOCH, 2008, p. 74

Assim, o conceito de TD, intrinsecamente associado à volta da linguística histórica (cf. KABATEK, 2006), considera que as línguas mudam, as sociedades e seus sistemas mudam e que, nesse contínuo processo de mudança, os textos mudam por meio de relações de repetição, evocação, tradição e atualização (ARAÚJO; MARTINS, 2011).

3. Recorte do corpus

Da *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, editada por Morgado *et al.* (2007), em três volumes, selecionei as amostras de *cartas*, referentes ao século XVIII, em especial sobre o extremo oeste, região mais ocidental do Brasil, compreendida pela Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, de limites mal definidos à época.

Trata-se de documentos produzidos na Administração Pública Portuguesa na América, cujo teor, além de esclarecer inúmeros aspectos da economia, da política, da administração e do próprio cotidiano das mais distantes terras ocidentais da colônia, abre a perspectiva de novos olhares para a interpretação, não só da história regional, mas também da historicidade dos textos por meio da qual essa história se conta e chega até nós.

O material selecionado para este estudo possibilita um contato com o passado longínquo – a antiga capitania de São Paulo –, que se iniciava no litoral de São Vicente e se estendia até a parte mais dilatada e interiorana do extremo oeste, denominada, nos textos, como “Minas do Cuyabá”. As cartas⁹

9. Na organização dessas correspondências administrativas, utilizou-se como referência o *Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro Oeste* [s. d.] e a *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (1956, vol. II e III).

extraídas dessa Coletânea para o estudo aqui proposto colocam o analista e o leitor em contato com uma pluralidade de dados parcialmente inexplorados pela historiografia regional e, da mesma forma, pelos linguistas que se debruçam sobre questões em que língua (concreta!) e história social se entrecruzam, oferecendo, assim, uma gama extensa de vertentes interpretativas propiciadas pelas informações aí contidas.

Nessa direção, as cartas aqui analisadas são tomadas como documentos históricos que auxiliam na constituição de uma determinada imagem de si e da sociedade em que se atua, “o *documento* acaba refletindo uma realidade, ele não ‘é’ a realidade em si, mas sim um discurso construído sobre a mesma” (MORGADO *et al.*, 2007, p. 25).

Essas cartas oficiais, procedentes de Cuiabá, São Paulo e Lisboa, mesmo aquelas produzidas por particulares, como as representações dos súditos ao soberano, foram coletadas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU). Trata-se de um total de 82 cartas, sendo 43 do período de 1727-1734 (vol. I, da Coletânea); 30 cartas de 1734-1740 (vol. II); e 9, de 1740-1741 (vol. III).

Na leitura dessas correspondências, percebe-se que a Coroa portuguesa procurou impor, de maneira mais efetiva, o controle e a ordem administrativa colonial através de instruções emanadas da distante Lisboa, por meio de diferentes peças documentais de fiscalização, capazes de facilitar a exploração econômica do território e de disciplinar os agentes sociais envolvidos no projeto colonizador. É possível perceber também aspectos relevantes de povoamentos (minas, vilas), da vivência pessoal nesses contextos sócio-históricos e culturais, e até da relação estabelecida entre tais espaços e a Coroa. Trata-se, portanto, de um mosaico temático que retrata, em cartas, aspectos históricos distintos dos setecentos, dentre os quais destaco, a partir de Morgado *et al.* (2007, p. 29): a administração colonial; povoamento e infra-estrutura administrativa na vila; capitães gerais e representações da Coroa Portuguesa na administração das Minas; expedições monçoeiras, terrestres e varadouros; construção de obras públicas; irregularidades e usurpação de poder nas Minas; poder de justiça e ordenações; cotidiano, abandono, despovoamento e proibições; índios: dóceis e malditos; guerra de conquista: devassa cultural; doenças: enfermos, hospitalidade e misericórdia; explorações de plantas para fins medicinais; transportes e comunicações; defesa, ensino e evangelização; fronteiras: fortes e domínios; assimilação de comunidades; relações comerciais; propagação da fé: súplica da conversão e redução dos infiéis no sertão; e a própria vida local, os usos, costumes e tradições.

Sobre o estatuto teórico desses dados de escrita, a perspectiva que adoto descarta a separação discreta entre fala e escrita, ao aproximar-se de uma visão, defendida no Brasil por Marcuschi (2008), que aborda as diferenças entre essas modalidades em termos de um *continuum* tipológico, em que os fenômenos de fala e escrita devem ser examinados enquanto fatos linguísticos vinculados a práticas

sociais orais e letradas. Aproximo-me, nesta mesma direção, ainda mais, do entrelaçamento entre o falado e o escrito, conforme tese de Corrêa (1997), segundo a qual fala e escrita se constituem mutuamente enquanto modos de enunciação heterogêneos, em práticas orais e letradas da sociedade. Sendo assim, o texto escrito é tomado como produto de seu próprio processo de constituição, pressupondo muito mais do que um sistema de regras, mas um sujeito escrevente, constituído sócio-culturalmente, em um determinado lugar e tempo, em constante negociação com o seu interlocutor e com o seu propósito comunicativo.

Os textos aqui selecionados, portanto, transpassados também pelos aspectos de tradição e atualidade discursiva, são tidos como registros de um processo sócio-histórico de produção da linguagem, em que se pode reconhecer o encontro entre fatos linguísticos do falado e do escrito.

4. A identificação de uma tradição em *cartas* do século XVIII

A luz do conceito de TD e com o intuito de trazer a esta análise um exemplo do que constitui o afetivo e não-momentâneo em linguagem, destaco, no interior de textos, em si mesmos identificados como TDs, de acordo com a equivalência com o gênero *carta*, uma outra TD, menos complexa formalmente. Trata-se do uso do nome próprio *Cuiabá* em sintagmas preposicionais, exclusivamente determinados, tal como exemplifica a ocorrência abaixo:

(1) “Por carta do Secretrº de Estado de 21 de Março de 1727[?] sube q. S. Mag.^{te} at-| tendendo as minhas repetidas representaçoes, fora servido nanderme sucesor; e | taobem vendo q. os descaminhos do oiro das Minas geraes, se não podia evitar, | por se confundir com o que se tirava destas **do Cuyabá** [...]” (1728)

A determinação do sintagma destacado pode ser, num primeiro momento, diretamente associada à elipse do nome *rio*, de acordo com o conhecimento do estabelecimento das Minas de ouro e do desenvolvimento acarretado por elas ao longo do percurso do grande rio Cuiabá. A figura do rio aparece nas seguintes ocorrências, ilustradas em (2):

- (2) a. “[...] neste **rio** Cuyabá [...] (1740)
- b. “[...] do ditto **Rio** Cuyabá [...] (1740)
- c. “[...] Indo com cinco dias de viagem deste **Rio** Cuyabá [...]” (1737)
- d. “[...] junto | deste **rio** Cuyabá [...] (1739)

Nos contextos exemplificados em (3), bastante recorrentes no *corpus*, conforme explicitarei mais adiante, essa leitura pode ser sustentada. Entretanto, aqueles em (4), também recorrentes, mostram exatamente o contrário, ou seja, que não se trata de uma simples elipse:

- (3) a. “Copia da carta q. escreveo das *Mnas do Cuyabâ* [...]” (1728)
 b. “A V. Mag.^{de} tendo exposto o estado destas *minas do Cuyabâ* [...]” (1731)
 c. “A experdição q. fizeráo os moradores das *Minas do Cuyabâ* contra o gentio Paya-l gua [...]” (1734)
- (4) a. “[...] execução pello Ministro *do Cuyabâ* [...]” (1741)
 b. “[...] se estabelese na dita caza de fundição forma de pagamento | de quintos, e como estes se costumaváo pagar *no Cuyabâ*, [...]” (1729)
 c. “[...] Tal he o miseravel estado em q. se reduzio *o Cuyabâ*, q. estão os moradores delles | desconfiando huns dos outros [...]” (1740)

A determinação dos sintagmas nucleados pelo nome Cuiabá, inclusive em contextos que atestam a não pertinência da elipse do termo *rio*, caracteriza-se, por sua recorrência no *corpus* analisado, como uma tradição: a sua repetição e a constelação discursiva evocada por ela, naturalmente configurada por assuntos que giram em torno das várias questões do extremo oeste da colônia brasileira, configuram essa prática textual como uma tradição impregnada de aspectos sócio-históricos e culturais. A fim de justificar essa afirmação, apresento as ocorrências em (5):

- (5) a. “[...] o q. bem mostram entre os moradores *de São Paulo* [...]” (1732)
 b. “Grandes aviam de ser as despesas q. o dito Menistro fes, p.^a a Cidade *de S. Paulo* [...]”
 c. “Como ignoro as ordens q. há no Governo *de S. Paulo* [...]” (1732)
 d. “[...] Provedor dos quintos da Cid.^e *de S. Paulo* [...]” (1733)
 e. “[...] o q. bem mostram entre os moradores *de São Paulo* [...]” (1732)

Em (5), explicitam-se ocorrências em que os mesmos escreventes setecentistas, nos mesmos contextos de *cartas*, não associam a localidade “cidade de São Paulo” a contextos sintagmáticos estritamente determinados. Aproximando ocorrências como (4(a)) e (5(e)), por exemplo, torna-se explícito que, por meio de uma especificidade nas escolhas sintáticas, no que tange à determinação dentro

do SPrep, configura-se uma TD que diferencia o tratamento dado a Cuiabá e a S. Paulo nas cartas analisadas. Como a configuração observada nas ocorrências em (5) segue uma regra sistemática do português brasileiro, constata-se que o “afetivo” constitui uma norma que transpassa os sintagmas de uso do nome Cuiabá, repetidos e evocados em determinadas situações discursivas, dentro de uma TD complexa – a carta –, e, exatamente por sua alta frequência de uso, constitui, da mesma forma, o que estou chamando aqui de não-momentâneo, de tradicional.

Das 138 ocorrências de SPreps nucleados pelo nome Cuiabá, levantadas no *corpus* estudado, apenas 4 apresentam-se em contexto de sintagmas não-determinados. É importante destacar, ainda, que mesmo essas ocorrências foram encontradas em contextos de variação, cf. ilustram (6(a)) e (6(b)).

(6) a. “[...] Villa Real do S.^r Bom Jesus **de Cuyabá** [...]” (1734)

b. “[...] Villa Real do S. Bom Jesus **do Cuyabá** [...]” (1734)

Contrastivamente, a totalidade das ocorrências relacionadas a núcleos preenchidos pelo nome São Paulo apresenta-se em sintagmas não-determinados, cf. exemplificam as ocorrências em (5) e o gráfico 1:

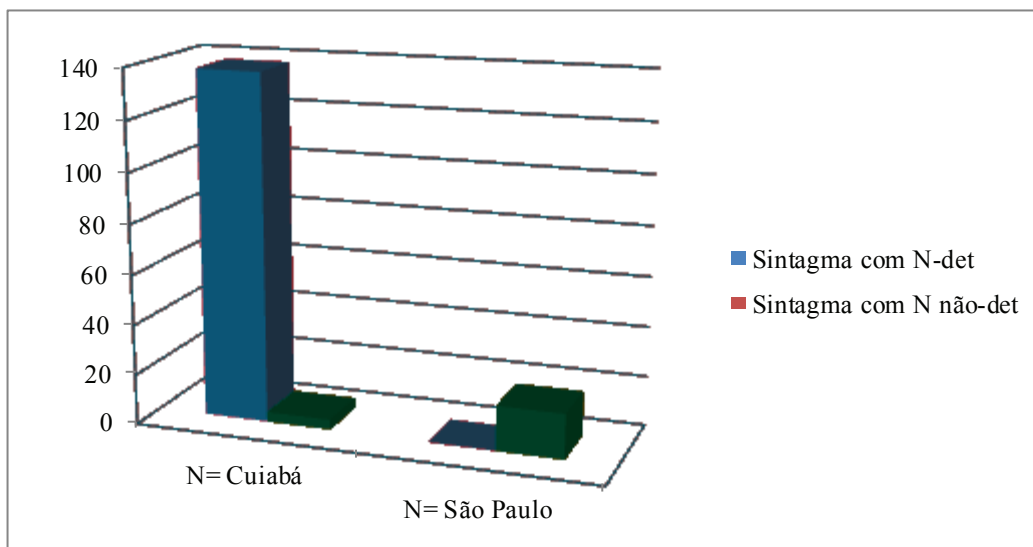


Gráfico 1: A identificação da TD (Sintagmas com N=Cuyabá det)

A baixa frequência de ocorrências do Núcleo “Cuiabá” não-determinado, equivalente a apenas 2,89%, ainda mais atenuada pelos contextos de variação, frente à expressividade de casos em que a determinação desse Núcleo pode ser constatada, garantem o traço da *repetição*, característico de uma

TD. O gráfico 1 mostra também que essa repetição é *evocada* por constelações discursivas que a determinam, o que é evidenciado a partir do contraste da frequência de ocorrências dos Núcleos Cuiabá e São Paulo, em que a TD não se manifesta. Entretanto, esse contraste é esperado em um universo de textos que gira em torno de questões que envolvem a localidade mato-grossense e em que a capitania paulista configura-se apenas como um entre tantos outros aspectos tratados em relação às localidades a centro-oeste da colônia, em especial, Cuiabá, tal como pode ilustrar o mosaico temático das *cartas* em questão, apresentado no final da seção anterior.

Trata-se, portanto, de uma TD que, exatamente por conta de seu vínculo com uma atualização recorrente, torna-se bastante produtiva, nos dados analisados, assumindo configurações distintas nas diferentes partes que constituem a TD complexa em que se insere, a *carta*. Segundo Brandão *et al* (2007), a carta apresenta, em sua macroestrutura, blocos correspondentes a *aberturas*, *fechamentos* e *sequências linguísticas*, que constituem o seu núcleo.

As expressões que configuram o que estou chamando aqui de TD, caracterizada pelo Núcleo “Cuiabá” determinado, encontradas no interior da TD complexa *carta*, são apresentadas no gráfico 2:

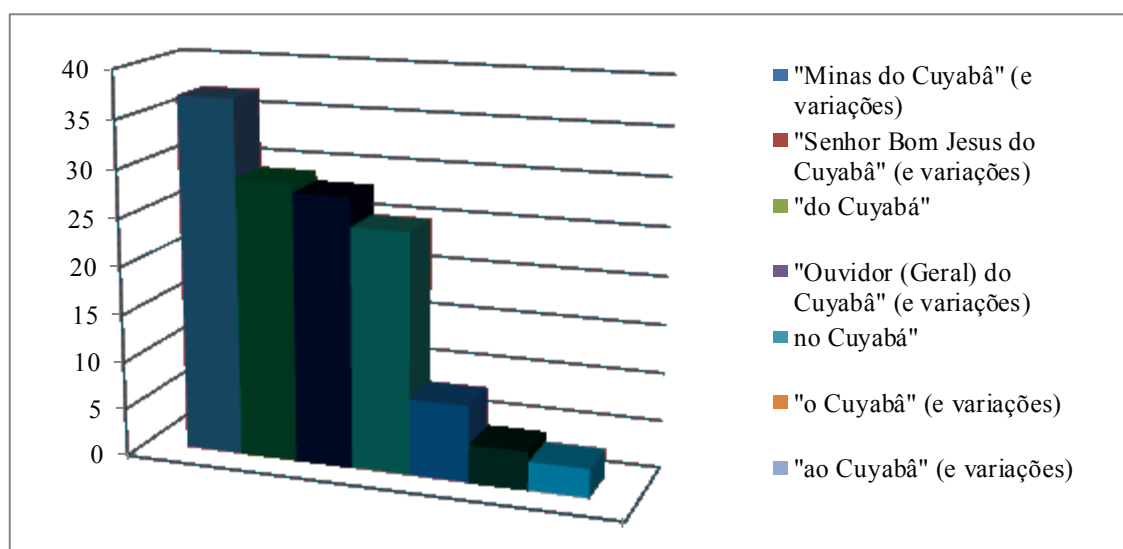


Gráfico 2: A TD “N=Cuyabá det.” no interior da TD carta

Como podemos observar, no gráfico acima, 88,8% das expressões apresentam a determinação do sintagma nucleado pelo nome Cuiabá configurada pela contração da preposição *de* + artigo definido *o*. Apesar disso, os dados foram quantificados de acordo com as fórmulas textuais em que essa determinação se manifesta, tal como apresentado. As variações destacadas são equivalentes a distinções formais de pouca relevância para o sentido da expressão, conforme especifico mais adiante.

Nessa direção, a expressão mais recorrente, nas cartas analisadas, “Minas do Cuyabá”, foi constatada, com maior frequência, na *sequência* dessa TD, de acordo com as quantificações e exemplos abaixo:

“Minas do Cuiabá” (e variações)	ABERTURA	8/37 21,62%	“[...] p. ^a as <i>Minas do</i> <i>Cuyabá</i> [...]” (1733)
	SEQUÊNCIA	29/37 78,37%	“Recolhendome do certáo das <i>Minas do Cuyabá</i> na monção do anno proximo [...]” (1729)
	FECHAMENTO	0/37 0%	---

Tabela 1: Frequência – “Minas do Cuiabá” (e variações)

As variações referentes a essa expressão são exemplificadas em (7):

- (7) a. “[...] das *Minas do Certáo do Cuyabá* [...]” (1735)
 b. “[...] das *minas assim* | *dos Guayas como do Cuyabá* [...]” (1731)

Em seguida, surge a expressão “Senhor Bom Jesus do Cuiabá”, também bastante recorrente, contudo, no *fechamento* das cartas:

“Senhor Bom Jesus do Cuiabá” (e variações)	ABERTURA	3/29 10,34%	“[...] Villa Real do <i>Bom Jesus do Cuyabá</i> [...]” (1738)
	SEQUÊNCIA	8/29 27,58%	“[...] Villa Real do <i>Senhor Bom Jesus do Cuyabá</i> [...]” (1740)
	FECHAMENTO	18/29 62,06%	“V. Mag. ^{de} resolverão q. for servido V. Real do <i>Snr. Bom Jesus do Cuyabá</i> a 30 de março de 1731” (1731)

Tabela 2: Frequência – “Senhor Bom Jesus do Cuiabá” (e variações)

Em relação a essa expressão, foi identificada uma única e simples variação na ocorrência (8), constatada na *abertura* de uma carta:

- (8) “[...] Villa Real do *Bom Jesus do Cuyabá* [...]” (1738)

Mostrou-se bastante recorrente, especificamente nas *sequências* e nos *fechamentos* das cartas, a determinação com uso da preposição *de*. Vale destacar que as construções quantificadas nesse momen-

to não integram as construções anteriores, mas contextos variados conforme ilustram as ocorrências que seguem:

“[de + o] Cuiabá”	ABERTURA	0/28 0%	---
	SEQUÊNCIA	25/28 89,28%	“[...] e que comprava o estado finalizante em q. se viram os do Cuyabá pela exorbitância e aperto com que se arbitraram [...]” (1730)
	FECHAMENTO	3/28 10,71%	“[...] Com. ^{ca} do Cuyabá [...]” (1740)

Tabela 3: Frequência – “[de+o] Cuiabá”

A expressão “Ouvidor (Geral) do Cuiabá” aparece em 25 ocorrências, distribuídas por todas as partes da carta, mas, mais recorrentemente também no *fechamento*:

“Ouvidor (Geral) do Cuiabá” (e variações)	ABERTURA	4/25 16%	“[...] o Ouvidor Geral das Minas do Cuyabá [...]” (1732)
	SEQUÊNCIA	4/25 16%	“Escrevase a este Ouvidor do Cuyabá [...]” (1736)
	FECHAMENTO	17/25 68%	“O sindicante Ou.^{or} Geral das Minas do Cuyabá [...]” (1732)

Tabela 4: Frequência – “Ouvidor (Geral) do Cuiabá” (e variações)

Foram constatadas variações, especificamente nas *seqüências*, cf. (9(a)), e nos fechamentos das cartas, cf. (9(b) e (c)):

- (9) a. “[...] o **Ouvidor da Comarca do Cuyabá** [...]” (1741)
 b. “[...] e o **Ouv.^{or} do Cuyabá** porq.^m se fez esta remeça [...]” (1733)
 c. “[...] **O Ouv.^{or} g.^{al}, Intend.^e da Cap.^{am}, e Provedor da Faz.^{da} da Com.^{ca} do Cuyabá** [...]” (1740)

Por fim, apresento os casos de determinação com uso das preposições *em* e *a*, e com o do artigo definido *o*. Essas estratégias da tradição em questão foram constatadas unicamente nas *seqüências* das cartas analisadas, conforme as quantificações e exemplos abaixo:

“[em + o] Cuiabá”	ABERTURA	0/8 0%	---
	SEQUÊNCIA	8/8 100%	“[...] o certo he que se meu antecessor não introduzise no Cuyabá o pernicioso costume [...]” (1729)
	FECHAMENTO	0/8 0%	---
“[a + o] Cuiabá” (e variações)	ABERTURA	0/3 0%	---
	SEQUÊNCIA	3/3 100%	“[...] a estes concedi os mezes q. me pareceráo convenientes p. ^a extrahirem o ouro, e escrevi ao Cuyabá a meu antecessor, e ao Senado da Camera [...]” (1729)
	FECHAMENTO	0/3 0%	---
“o Cuiabá” (e variações)	ABERTURA	0/4 0%	---
	SEQUÊNCIA	4/4 100%	“[...] Tambem por todo este mes partira p ^o o Cuyabá o seu Ouv. ^{or} [...]” (1730)
	FECHAMENTO	0/4 0%	---

Tabela 5: Frequência – “SPrep + Cuiabá” (e variações)

As variações, observadas nas estruturas com a preposição *a* e com o artigo *o*, ocorrem a partir da inserção do termo *mesmo* no sintagma, cf. (10) e (11):

(10) “[...] fazer-| se a mesma guerra, ou ainda vá **ao mesmo Cuyabá** para dispor o q. seja necessr.^o | p.^a que a guerra se faça com sucesso [...]” (1732)

(11) “[...] ou p.^a previnir as ideas q. talvez os inimigos tenham sobre **o mesmo Cuyabá** [...]” (1732)

5. Uma TD na constituição de outra

Como já apontaram os dados destacados na seção anterior, a TD aqui focalizada distribui-se pelos três blocos correspondentes à macroestrutura da *carta*, vale dizer, com maior ou menor frequência de uso a depender da expressão/construção em que se encontra.

Na *abertura* das cartas, foram constatadas três das expressões analisadas: “Minas do Cuyabá” (21,62%), “Senhor Bom Jesus do Cuyabá” (10,34%) e “Ouvidor (Geral) do Cuyabá” (16%), de acordo com a finalidade pragmático-discursiva dessa parte da carta; direcionar o seu objetivo, apresentar uma preocupação com a situação imediata de seu receptor, muitas vezes sob o pedido de intercessão de *Bom Jesus*, e expor, brevemente, o seu conteúdo ao Ouvidor ou a partir dele. Não há, entretanto, uma especialização de usos nas *aberturas* das cartas, no que tange às expressões encontradas, tal como pode ser constatado em seus *fechamentos*, em que aparecem as expressões “Senhor Bom Jesus do Cuyabá” e “Ouvidor (Geral) do Cuyabá” com 62,06% e 68%, respectivamente, possivelmente associáveis, em seus usos, às evocações pragmático-discursivas que se fazem exatamente nessa porção das cartas, muito mais recorrentemente que nas demais.

Nas *sequências*, foi observada a maior variedade de usos da TD analisada, a saber: (i) no interior da expressão mais produtiva “Minas do Cuyabá” (78,37%), o que se deve ao desdobramento das temáticas desses documentos, em sua maior parte, centradas nas questões das minas, impostos, consequências das minas de ouro para a população, na relação de trabalho nas minas, etc.; e (ii) na constituição de sintagmas com as preposições *de*, *em* e *a* contraídas com o artigo definido *o* (89,28%, 100% e 100%, respectivamente) ou não contraídas (também em 100%).

Em relação à distribuição da TD, destaco a alta recorrência de seus usos menos formulaicos, ou seja, fora de expressões cristalizadas, nas *sequências* das cartas, que, nessa tradição complexa, constituem a porção textual em que há uma maior liberdade discursiva, exatamente por configurar o espaço em que os assuntos são, de fato, desenvolvidos e detalhados. O gráfico 3 resume essas colocações:

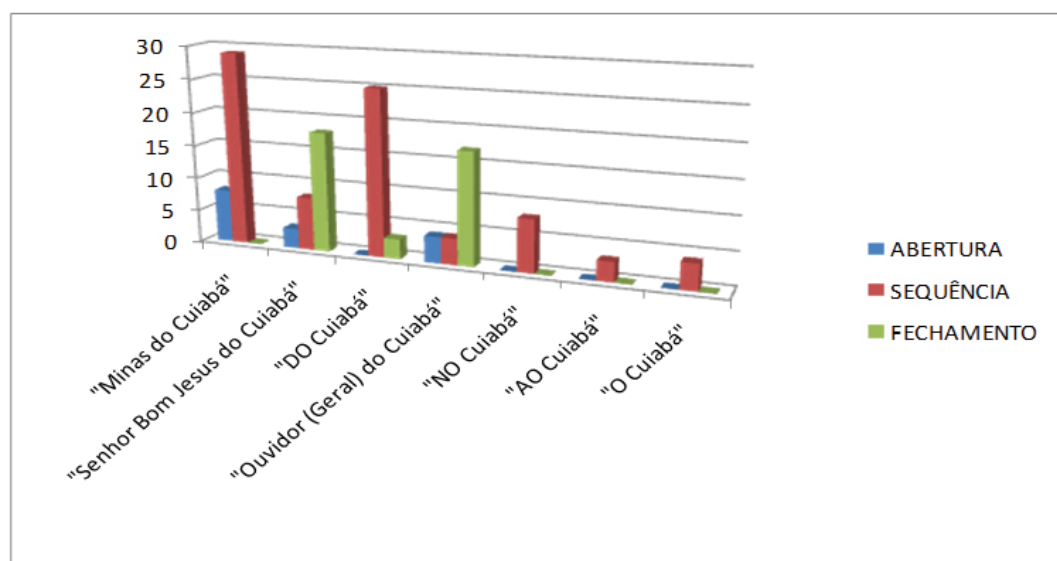


Gráfico 3: Da relação entre a macroestrutura da TD carta e as expressões constitutivas da TD analisada

Considerações finais

Partindo da noção de texto determinado por condições sócio-históricas e por aspectos da oralidade que se manifestam no escrito, de acordo com a convivência entre o oral/falado e o letrado/escrito, procurei identificar, no *corpus* recortado para este trabalho, um exemplo do “saber expressivo” coseriano, caracterizado pela capacidade dos falantes/escreventes de produzirem textos segundo modelos e tradições históricas. Destaquei, aqui, no interior de uma TD complexa, a *carta*, usos também descritos em termos de TD, denominados “N=Cuiabá det.”

A análise procurou mostrar que o falar e o escrever, tomados como atividades que lidam com modos de enunciação constitutivamente heterogêneos, não recorrem apenas ao sistema e à norma de uma língua histórica, mas também a uma tradição textual. Essa tradição se repete, em determinadas práticas discursivas, ultrapassando as regras da língua, no caso presente, no que tange à determinação de sintagmas, e acarretando a implicação da historicidade dos textos como tradição (recorrência) de determinados textos ou formações textuais.

Falo de tradições que assim se estabelecem em relação à repetição de uma determinada finalidade – marcar a especificidade espaço-temporal em seu contexto, portanto, sócio-histórico – associada a certos traços formais – a determinação do Núcleo preenchido pelo nome “Cuyabá”. Enquanto “segunda historicidade”, é limitada e depreendida apenas em relação aos textos já produzidos em uma dada comunidade, mas está diretamente associada às futuras abordagens possíveis de aspectos linguísticos ligados a ela (por exemplo, o uso e funcionamento da determinação na variedade do Português Brasileiro falada em Cuiabá).

A TD “N=Cuiabá det.” é responsável por estabelecer uma relação entre textos, cuja função é transmitir uma informação que, ao superar o conteúdo estritamente proposicional, estabelece um vínculo de tradição entre a enunciação atual, outras anteriores e aquelas que ainda estão por fim, enquanto “projeto de dizer”. Não é no repertório das regras sintáticas da língua que se busca, portanto, o presente arranjo, mas em uma tradição de dizer/escrever que se repete ao ser invocada por determinada situação de enunciação, marcada por condições sócio-históricas e culturais bastantes características. Nesse caso, a tradição recomenda o uso das formas identificadas que evocam um discurso que as unifica, dado que, segundo Kabatek (2006), trata-se de um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, com uma situação, com uma história.

Artigo recebido: 28/08/2013

Artigo aceito: 16/12/2013

Referências

- ARAÚJO, N. M. S.; MARTINS, C. da S. “O gênero *bando*: uma tradição discursiva no Brasil colonial”. In: XVI Congresso Internacional de la ALFAL, 2011. *Anais...* Alcalá: ALFAL, 2011, p. 2465-2474.
- ASCHENBERG, H. 2003. “Diskurstraditionen – Orientierungen und Fragestellungen”. In: Aschenberg, Heidi und Wilhelm, Raymund (Hrsg.), *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen, Narr. S.: 1-18.
- BRANDÃO, H. H. N., ANDRADE, M. L. C. O.; AQUINO, Z. G. O. “Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva”. Mimeo, 2007.
- CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D. e LOPES, C. (eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana, 2006.
- CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. 1997. Tese (doutorado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997.
- COSERIU, E. *Sprachkompetenz. Elemente einer Theorie des Sprechens*. Tübingen: Narr, 1988.
- _____. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- KABATEK, J. “Introducción”. In ____ (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008.
- _____. “Tradições discursivas y cambio lingüístico”. In: CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana, 2006, p. 151-172.
- _____. “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico”. *Lexis* XXIX. 2, p. 151-177, 2005a.
- _____. “Sobre a historicidade dos textos”. *Linha d'água* 17, p. 157-170, 2005b.
- _____. “Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua”. *Iberoamericana*, 62, p. 28-43, 2005c.
- _____. “Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval”. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 27, p. 249-261, 2004.
- KOCH, P. “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el exemplo del tratamiento vuestra merced em español”. In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. “Junção, tradição discursiva e mudança linguística”. In: SANTIAGO-ALMEIDA; LIMA-HERNANDES (Org.). *História do Português Paulista*. Campinas-SP: UNICAMP/ Publicações: IEL, 2012, p. 367-379.

_____. “Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída”. *Alfa*, São Paulo, v. 55, 1, p. 225-248, 2011a.

_____. “Junção e(m) aquisição: aspectos morfossintáticos e cognitivos”. *Gragoatá*, Niterói, n. 30, 1, p. 221-240, 2011b.

LOPES, C. R. S. “Tradição Textual e mudança linguística: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas”. In: MARTINS, M. A; TAVARES, M. A. (Org.). *História do Português brasileiro no Rio Grande do Norte: análises linguística textual da correspondência de Luís Câmara Cascudo a Mário de Andrade 1924 a 1944*. 1ed. Natal: EDUFRN, 2012, v. 1, p. 17-54.

LOPES-DAMASIO, L. R. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011a.

_____. “Gramaticalização e Tradição Discursiva: um estudo dos processos constitutivos do texto relativos a *assim*”. In: *Textos seleccionados*, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011b, p. 325-342.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. SP: Parábola Editorial, 2008.

MORGADO, E. M. O; DOURADO, N. S.; CANAVARROS, O.; MACEDO, V. L. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Vol. I, II e III. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

OESTERREICHER, W. *Zur Fundierung von Diskurstraditionen*. In: BARBARA, F; THOMAS, H. & TOPHINKE, D. (Hrsg.): *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997.

SCHLIEBEN-LANGE, B. “Teoria e método”. In: _____. *História do falar e história da linguística*. Trad.: Fernando Tarallo *et al.*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 17-33.

SIMÕES, J. S. *Sintaticização, Discursivização e Semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. 2007. Tese (Doutora em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

XIMENES, E. E. *Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da capitania do ceará nos séculos XVIII e XIX*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.